Revista Urutágua - acadêmica multidisciplinar - DCS/UEM
Nº 29 - nov./2013 - abril/2014 - Semestral - ISSN 1519.6178

Trabalho socialmente desqualificado: auxiliares de serviços gerais em Campos dos Goytacazes/RJ

FABRÍCIO MACIEL*

Resumo: O artigo apresenta o resultado de uma pesquisa qualitativa realizada com auxiliares de serviços gerais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), em Campos dos Goytacazes, no norte do estado do Rio de Janeiro. Foram realizadas entrevistas em profundidade e escolhidas duas das principais entrevistas, como tipos ideais, de modo a demonstrar a condição de não reconhecimento e de desqualificação social do perfil em questão. A orientação teórica é basicamente derivada das obras de Axel Honneth e Charles Taylor, sobre o valor do trabalho e sua relação com o reconhecimento social. A conclusão é que estas pessoas, além de formalmente desqualificadas e apesar de seu vínculo formal de trabalho, vivenciam uma condição de invisibilidade e não reconhecimento de sua ocupação na divisão social do trabalho.

Palavras-chave: Auxiliares de serviços gerais; trabalho desqualificado; reconhecimento social.

Work socially disqualified: general services assistants in Campos dos Goytacazes / RJ

Abstract: The paper presents the result of a qualitative research performed with general services assistants from the North Fluminense State University (UENF), in Campos dos Goytacazes, northern state of Rio de Janeiro. In-depth interviews were executed and two main interviews were chosen, as ideal types, in order to show the condition of non-recognition and social disqualification of the profile in question. The theoretical orientation is basically derived from the works of Axel Honneth and Charles Taylor about the value of the work and its relationship with the social recognition. The conclusion is that these persons, besides formally disqualified and despite their formal job, experience a condition of invisibility and lack of recognition of their occupation in the social division of work.

Key words: General services assistants; disqualified work; social recognition.

* **FABRÍCIO MACIEL** é Doutor em Ciências Sociais pela UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora – e professor adjunto do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes, Campos/RJ.

Este artigo é resultado de minha dissertação de mestrado, “Trabalho e reconhecimento: um estudo sobre ocupações moralmente desqualificadas”, realizada no mestrado em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. A intenção aqui é apresentar parte do material empírico, guiado por pesquisa teórica sobre a sociologia do trabalho no Brasil e a teoria do reconhecimento, o que me conduziu ao conceito de “trabalho socialmente desqualificado”, em lugar da tradicional dicotomia entre trabalho formal e informal. O motivo é simples: trata-se de um perfil de trabalhadoras com contrato formal, porém com condições de trabalho humilhantes e precárias, formalmente desqualificadas, sem diploma e socialmente desqualificadas, sem reconhecimento do valor de sua atividade profissional.

O método aqui utilizado, para a condução das entrevistas em profundidade realizadas inspira-se em Bourdieu (2007) e principalmente no método de Bernard Lahire, de realizar histórias de vida (2006). A descrição abaixo apresentada é basicamente inspirada no método tradicional de Geertz (1989), ou seja, o da “descrição densa”, na tentativa de trazer ao público em detalhes as falas das entrevistadas, de modo a deixar claro sua condição de precariedade e desqualificação social. Como de praxe, o nome das entrevistadas foi substituído pelas letras iniciais de seus nomes, como preservação de identidade.

“Na beirada deles nós não somos ninguém”

P. é uma evangélica muito simpática, de 31 anos, casada, mãe de dois filhos, que mora na comunidade do Matadouro, próximo à Uenf, e que trabalha como auxiliar de serviços gerais, nome este que já indica sua função multiuso, na Uenf. Seu modo de ser bastante simples reflete-se em sua roupa e em sua casa. Apesar de raramente ler e de dividir seu tempo fora do trabalho entre a igreja e a televisão, ela formulou opiniões marcantes para as questões sobre as quais conversamos, o que na verdade depende muito menos de leitura e estudo do que da própria vivência que sua condição de classe e de trabalhadora desqualificada proporciona. O

sentimento da discriminação de sua situação pessoal é logo visível quando me fala sobre a justiça social no Brasil:

> "Eu acho o negócio muito lento, a justiça é muito vagarosa. Vejo também que eles muitas vezes facilitam mais o lado das pessoas que tem condição social mais elevada, acho que quando a pessoa tem uma certa condição financeira, acho que é levada por um outro ritmo, entendeu? Eu acho, quando a pessoa não tem dinheiro fica mais difícil de lidar com a situação, quando eles apresentam logo dinheiro com abundância eu vejo que tudo fica mais fácil, às vezes é muitos casos que não é nem pra ser absorvida, mas por causa de um dinheiro assim as coisas ficam mais fácil e então não há justiça como eu gostaria que existisse". (P., 31 anos, casada, auxiliar de serviços gerais).

Diante disso, a posição ocupada na hierarquia moral do trabalho, o que é um fator central para a condição objetiva de classe, é um fator condicionante fundamental:

> "O que leva a isso? É a pessoa ter, é apresentar ter mais condição financeira, ter um cargo melhor, entendeu? Ser bem mais empregado, ter um nível alto na sociedade, eu vejo que isso é, eles fazem um pouco de discriminação. Acho que o preconceito que as pessoas tem umas com as outras, diferentes entre pobres e ricos, classe alta e classe baixa, acho que divide muito as pessoas". (P., 31 anos, casada, auxiliar de serviços gerais).

Deste modo, não só uma ocupação moralmente digna, mas também o preconceito praticado objetivamente entre as pessoas a partir de seu lugar social na sociedade do status, se constitui em motivo central para a prática diferenciada da justiça nas sociedades modernas. Em sociedades periféricas de desigualdade estrutural histórica como a brasileira, o caso certamente é ainda mais complexo: se temos uma pequena elite ocupada em atividades consideradas nobres, por um lado, e uma gigantesca massa divida entre desempregados e subempregados em ocupações moralmente inferiores, a tendência é que esta elite seja considerada por todos ainda mais nobre e vitoriosa.

Isto por que, se apenas uns poucos conseguiram chegar ao topo da competição social, o que fica sugerido é a gigantesca dificuldade desta trajetória, o que atribui àqueles que conseguem percorrê-la ainda mais virtudes e qualidades pessoais especiais, reunidas no status de vencedor. Vale lembrar que esta avaliação ilusória só é possível por causa da influência profunda exercida sobre todos pela ideologia do mérito e do desempenho individual.

A força desta ideologia moderna, que põe toda a capacidade de ação e conseqüentemente a vida social girando em torno do indivíduo, é bem nítida nas expectativas apresentadas com respeito aos problemas sociais. É sempre um indivíduo, como um herói, que além de capacidade para agir precisa de boas motivações, o que surge como saída para os dilemas coletivos. Isto fica claro quando ela me diz o que acha que falta para o Brasil deslanchar:

> "Presidente bom. E as pessoas que ficam em volta nele que sejam honestas, direitas, que não pensem só no bolso deles, que pensem nos pobres também, aí a situação melhoraria um pouquinho. Depende da gente, também, depende do pessoal saber escolher também". (P., 31 anos, casada, auxiliar de serviços gerais).

Podemos perceber aqui que há coisas que todos podem fazer, de acordo com seus lugares sociais diferenciados, para a melhora da vida coletiva. No entanto, o sutil ponto em questão é que estas ações são sempre isoladas, nunca articuladas em um contexto de cooperação mútua, onde todos contribuem com habilidades específicas para um produto final. Isto não é de se surpreender, pois o imaginário de sociedades meritocráticas funciona exatamente desta forma: se as ações são vistas sempre como resultado de capacidades e potencialidades individuais naturais, diferenciadas por uma sutil hierarquia moral, é compreensível que as ações dos que estão no topo da pirâmide moral sejam consideradas mais inteligentes, influentes e importantes. Por isso, se esperará naturalmente mais iniciativa sobre os assuntos coletivos por parte destas pessoas do que daquelas alocadas nas posições inferiores.[1]

Todos, em todas as classes, farão este julgamento. Deste modo, este exagero do indivíduo, ou seja, esta construção social de um super-indivíduo, acaba sendo um fator social fundamental para a compreensão de nosso populismo e de nosso imaginário de dependência política. Isto por que os indivíduos que ocupam as funções superiores, sejam elas as profissões nobres ou os cargos políticos, que geram o status de pessoas influentes, como o caso do presidente analisado aqui, são vistos como o resultado de empenhos particulares e não de acordos coletivos. Deste modo, suas atitudes particulares devem agora corresponder às expectativas de influência coletiva que foram alimentadas em torno de suas ocupações superiores.

Aqui já se inicia o problema: se não nos percebemos como uma coletividade interconectada, mas sim como indivíduos isolados e socialmente distintos em suas virtudes e status particulares, não nos vemos então nem responsáveis e nem capazes de praticar a democracia. Na verdade, não chegamos nem a pensar nela, pois para tanto é fundamental nos enxergarmos como coletividade. É importante compreender que não se trata aqui apenas do plano da reflexividade de nosso pensamento, ou seja, das ideologias modernas que aprendemos a compartilhar todos os dias.

Neste caso, por exemplo, a ideologia da solidariedade nos diz que somos uma coletividade e que devemos fazer algo pelo próximo, ter compaixão dele e etc. e tal. Aqui temos uma visível contradição, que gera inclusive ansiedades e conflitos de identidade profundos nos indivíduos modernos, uma vez que nossas ideologias muitas vezes não correspondem aos sentimentos que temos e avaliações morais, como é o caso dos preconceitos, que realizamos no íntimo, mas somos coagidos a negar pela ideologia da igualdade moderna. Faço este parêntese para ilustrar que, apesar de muitas vezes acreditarmos na existência de uma coletividade, nossa maior avaliação moral acerca da ação na modernidade

[1] Não é por acaso que muitas pessoas de condição material abastada se sentem na obrigação de contribuir com alguma forma de assistencialismo para o bem-estar de sua sociedade, assim como muitos pobres acham que deveriam ser ajudados por quem tem mais. Esta fala ilustra bem o ponto: “Tem muita gente que, por exemplo, uma pessoa que mora aqui numa rua, tem uma casa boa, tem condição de vê a família que ta naquela outra rua ali mais próximo, ta vendo que é uma família carente, não tem condição, as crianças não tem uma roupa boa, e a pessoa às vezes mora bem, todo dia ta ali com as coisas de fartura dentro de casa, vê aquele carente ali do lado e muitas vezes não doa nada pra ajudar aquela família”. (P., 31 anos, casada, auxiliar de serviços gerais).

está totalmente centrada no indivíduo e em seu poder específico e exclusivo.

Para entendermos melhor este ponto, é importante lembrar que a divisão do trabalho é um fio invisível insubstituível para a manutenção dos indivíduos conectados a uma coletividade. Deste modo, esta coletividade só funcionará bem, ou para ser mais preciso, só existirá de fato, quando todos os seus indivíduos forem justamente valorizados por sua contribuição específica para a produção geral da sociedade, o que só pode ser realizado através do seu trabalho. Com isso podemos entender por que a democracia em países periféricos é no geral vítima do populismo, uma vez que sua prática já é minada logo em sua base, devido à desvalorização moral de uma massa de trabalhadores desqualificados. Assim, esta é uma questão que não depende apenas do progresso de nossas instituições formais, como é o caso bastante louvado em algumas partes do Brasil com respeito ao orçamento participativo, mas sim do reconhecimento espontâneo por parte de toda a coletividade em relação ao valor do trabalho de milhões de brasileiros socialmente discriminados para baixo em suas ocupações.

Outra entrevistada, também auxiliar de serviços gerais na Uenf, M., casada, 33 anos, mãe de três filhos, acrescenta detalhes importantes, neste sentido, para apresentar o trabalho como fundamental para o progresso e o desenvolvimento nacional:

> "O trabalho entendeu, se botar trabalho pra esse povo todinho, e se todo mundo quisesse trabalhar ia adiantar. Você vê um país como o Japão, pequeno, todo mundo trabalha, um país de primeiro mundo. Você vê um país igual esse nosso aqui, tem tudo pra ser um país de primeiro mundo, ta acima do Japão, vê quantos Japão cabem aqui dentro de nosso país. E outra, com a terra fértil que nós temos, plantação, agricultura, deveria ter, mas ainda se tiver trabalho pra todo mundo não vai ficar bom por que tem muita gente que não quer trabalhar". (M., 33 anos, casada, auxiliar de serviços gerais).

Uma contradição interessante surge quando pergunto acerca da culpa pela injustiça, que geralmente é atribuída aos políticos, mas quando pergunto se é isso mesmo, ela enxerga um "outro" abstrato onde a pessoa que fala nunca está incluída, o que expressa outra patologia básica do individualismo moderno em sua versão anômala como em nosso caso:

> "Não, não são só os políticos, eu vejo no geral, entendeu, no geral, não é preciso ser político para fazer pouco caso das pessoas que não tem, muitas vezes são pessoas que não são políticas, tem uma condição bem estabilizada e que fazem pouco caso das pessoas que são baixa renda, entendeu? Tenho visto isso". (M., 33 anos, casada, auxiliar de serviços gerais).

Quando pergunto sobre os possíveis caminhos para o progresso do Brasil, a explicação converge a centralidade do trabalho com o imaginário da dependência política, mais uma vez criando a imagem do super-homem qualificado como presidente, traço marcante de nossa subcidadania:

> "Emprego, é o presidente criar assim mais indústria no país, fazer assim, ele liquidar com a dívida externa que ele tem fora do Brasil que eu sei que são muitas coisas que deve lá fora e aumentar assim, baixar, como que chama...imposto, entendeu? Eu acho também que a inflação no Brasil a nível de assim, a classe, a maioria da classe do Brasil é o pessoal de baixa renda, e o povo que movimenta o Brasil na verdade é esse povo mesmo aí. Né, tem a mão de obra ali pesada, que mexe mesmo com o movimento do Brasil, os grandões lá se não tiver o pessoal de baixa renda que trabalha bruto e pesado ali eles não vão avançar. Né, depende muito do pessoal pobre, então eu vejo assim, aumentar o nível de emprego do Brasil, dar mais serviço pro pessoal que é carente, por que tem muitas pessoas aqui no Brasil passando fome, pessoas que tem batido em várias portas todo dia procurando, eu conheço várias famílias que tem crianças e que vive de biscate, hoje ele vai, limpa um quintal, amanhã ele vai, é ajudante de pedreiro, mas ele não sabe nada de pedreiro, não teve curso não teve nada, mas por que ele ajudou ali, ele fica ali pra ganhar o pão de cada dia, levar o alimento pra família dele, então eu vejo que se a gente mexer mais nesse lado, fazer firmas, indústrias eu creio que o Brasil vai melhorar muito". (M., 33 anos, casada, auxiliar de serviços gerais).

No primeiro trecho ela reconhece o valor dos pobres, associando-os aos serviços braçais, provavelmente devido a sua própria condição, e vê que não são reconhecidos e valorizados pelos "grandes". O tempo todo, sua concepção de justiça está ligada ao assistencialismo, tanto político como social, o que sedimenta a ideologia do mérito, onde os mais capazes ajudam os menos capazes, na complexa relação entre os princípios iluministas de fraternidade e igualdade, relação esta que se radicaliza em contextos de desigualdade estrutural. Isto reforça que a principal desigualdade em seu imaginário é a de classe, cristalizada em tipos bem distintos de gente: os "despossuídos" e os "grandes".

Novamente, a condição de derrotado na competição social, fruto de uma ausência objetiva de auto-estima e de autopercepção enquanto merecedor e capaz de atuar em coletividade na idealização e realização de metas comuns alimenta em suas próprias bases o imaginário de dependência em relação aos mais fortes, sejam eles políticos ou pessoas de classes superiores:

> "Então eu vejo que muitas vezes também a pessoa que tem uma condição mais estabilizada, uma classe mais alta, eles mesmo, não dependendo só do presidente, mas se cada um deles tivesse a consciência que se cada um fizesse um pouco, pelo menos por aquelas pessoas que eles estão vendo, por que muitas vezes querem ajudar o pessoal que ta lá no Nordeste, lá não sei aonde, mas ta esquecendo daqueles que estão passando todos os dias na porta e que precisam tanto quanto aqueles que tão lá longe dele, e que ele nem sabe se aquela ajuda vai chegar lá, então muitas vezes eles podem fazer alguma coisa, não só o presidente, mas um advogado, uma professora que ganha seis, sete mil reais, tem um filho ou dois filhos, e tem uma pessoa ali que tem quatro ou cinco,

> acho que se ela fizer alguma coisa pra ajudar aquela pessoa ali, aquela família, ou, um remédio, entendeu, isso vai melhorando, por que todo mundo vai sendo ajudado aos poucos, e todos aqueles que vão ta dividindo, não é pra dar tudo, por que tem pessoas, que pegam aquilo ali como se fosse obrigação da pessoa que ta ajudando e quer tirar até mais, eu já tenho visto isso, mas só se ele fizer assim, vou te dar cem todo mês do meu, a nível de sete mil reais, eu vou dar cem pra você viver, comprar o alimento pra sua família, pelo menos o básico pra se desenvolverem, ajudar aquela família, então eu acho que isso não vai ser complicado pra eles, e todo mundo vai ficar ajudando de alguma maneira, não só o presidente". (M., 33 anos, casada, auxiliar de serviços gerais).

A esta altura, perguntar sobre discriminação contra o pobre acaba sendo quase desnecessário, mas a resposta sempre surpreende com detalhes interessantes, uma vez que não praticar o assistencialismo e a fraternidade também se relaciona à discriminação:

> "Existe, existe muita discriminação. O pobre, ele leva várias horas numa fila de hospital, pra ser atendido, vai lá marca consulta, não pode por que tem muita gente na frente e quando ele marca às vezes muitas vezes passa mal na fila, na hora de ser atendido, ainda fica na espera ali no corredor, por que eu tenho visto o jornal, gosto de ver o jornal, e tem passado muito isso é o dia a dia nosso no Brasil entendeu? Eles ficam ali na fila de espera muitas vezes não é atendido, quando chega não dá tempo mais e morre, entendeu? E de outras formas também eu vejo isso, as pessoas que muitas vezes, por exemplo, pessoas que tem condições de ajudar o outro, entendeu, pessoas que por exemplo, tem um carro do ano, tem um carro bom, aí a pessoa ta ali passando mal precisa de uma ajuda urgente ali, a pessoa ta vendo e não dá, chegar ali e falar você quer a minha ajuda, quer que eu te leve pra você ser atendida, ou você quer que eu pague uma consulta pra você, é cinqüenta reais, trinta, não vai empobrecer aquele que tem mais condição, entendeu, então muitas vezes o pobre é humilhado dessa maneira, por que precisa de um médico, e já não é um medico que te dá, ainda que seja um dos médicos bons, que faz o Sus o social, eles trabalham e vivem disso, mas você vê que muitas vezes o pobre é discriminado, as pessoas são discriminadas por causa disso, por que não tem condição de pagar um social e ir logo ali, ele liga no telefone, como o rico faz, amanhã já pode ir lá, ele vai ter o dinheiro pra pagar, e o pobre não, enquanto você chega lá, se você for uma pessoa pobre, não tem nem condição de muitas vezes ir lá naquele lugar arrumado, vai com a roupa que você tem condição de ir, aí a pessoa lá que marca a consulta te vê, e acha assim, ah aquele ali não tem condição, acho que ele não veio marcar consulta, acho que não, não vão nem olhar pra aquela pessoa, acho que muitas vezes não é nem olhado, aí aquela doutora que vem ali ou até a empregada dela, chegou ali ela ta bem vestida é logo atendida. O cara muitas vezes não enxerga a gente não, por que uma vez o patrão do pobre lá, o pobre tava no serviço lá, na mão de obra pesada, cortando cana, ele foi ali, do jeito que ele passou mal, de chinelo, o patrão ta lá fora no carro, mandou ele lá dentro, com dinheiro pra pagar, a pessoa que ta lá no balcão, se ela ver a doutora, um advogado com a empregada ali arrumadinha e aquela pessoa que ta com a consulta contadinha pra pagar ali se tiver mal arrumada ela

> vai ser atendida depois, entendeu, isso é o que eu tenho visto, eu to falando o que eu passo no dia a dia, isso não acontece comigo mas acontece com alguém que está do meu lado, entendeu? Então eu vejo que isso é discriminação com o pobre, um pessoa que, as vezes só por que seu filho não estuda num colégio particular, entendeu, não tem condição, seu filho só estudou em colégio público, o seu currículo não tem condição de alcançar o currículo de um serviço, por que você não teve um curso superior, não teve um colégio bom reforçado então naquela hora ali o pobre vai olhar, porque ele não pagou o colégio, a chance dele vai descendo cada vez mais, entendeu, então se ele não for uma pessoa que corre atrás, que se esforça, ele é discriminado sim, sempre vai ser discriminado entendeu? Eu vejo isso no dia a dia". (M., 33 anos, casada, auxiliar de serviços gerais).

Ela deixa claro que o estereótipo do pobre, sua imagem mal arrumada, é o principal motivo de discriminação, enquanto que o estereótipo das profissões nobres, claramente citadas por ela como "doutora", advogado, e médico é um capital social fundamental como via de acesso a um tratamento digno e para ser considerado gente, o que simplesmente faz com que os inferiores sejam ignorados ou no máximo relegados à segunda instância. É muito importante notar a afinidade desta fala com um imaginário atual politicamente correto que incentiva, como uma obrigação moral, a compaixão pelos mais necessitados.

A atuação politicamente não emancipatória de tal imaginário, no entanto, é aquela que não mostra a perpetuação de uma condição de dependência que, além de claramente econômica, é política, psíquica e moral. Quando te dou um sacolão de alimentos, acreditando que estou te dando dignidade, como é muito comum ouvir falar atualmente, simbolicamente estou dizendo que sou melhor, mais importante, mais capaz, mais realizado, mais feliz, mais inteligente e mais forte do que você, o que não toca nem de longe nas raízes morais do mérito e do desempenho que, estas sim, deveriam ser articuladas, para o rompimento de tal imaginário.

Por fim, sua definição acerca da desqualificação moral do tipo específico de gente alocado nas ocupações desqualificadas surge com vigor até mesmo quando acredita estar falando de preconceito contra cor. Isto é sintomático acerca das contradições de nossa fala quanto tentamos explicar nossa condição existencial, pessoal ou coletiva:

> "Tem, tem sim, as pessoas tem preconceito de cor. Se você entrar, eu já vi uma pessoa comigo, numa loja, a pessoa veio do Rio de Janeiro, ela é escura, de chinelinho, por que no Rio de Janeiro as pessoas não olham muito pra isso, depende do lugar onde você vai, a pessoa de chinelo...acordou, tomou um cafezinho e foi ali na loja, quando a pessoa chegou, a pessoa não foi bem atendida, a moça olhou, não deu atenção, a moça ali olhando as coisas, e ela olhou e não deu atenção, a moça querendo ser atendida, por que tinha pessoas bem arrumadas entendeu, a loja cheia, ela ficou dando atenção aqueles que estavam chegando de postura, de salto, e aquela que tava ali por que é escura e tava de chinelinho, não tava com cartão de crédito, não tava com cheque, não apresentou nada, só apresentou ali a aparência dela só, então eles fizeram pouco caso e não deram nada pela pessoa, na verdade a pessoa tinha um bom serviço, tinha um cartão de crédito

bom, não só um, tinha vários, e depois a pessoa acabou quase discutindo com uma das funcionárias da loja por que ela falou assim: não é possível, eu cheguei aqui primeiro, estou há muito mais tempo olhando e ninguém chegou aqui pra perguntar o que eu queria, pra saber se eu queria alguma coisa, ninguém me deu atenção. E as pessoas que chegaram atrás já foram atendidas, já foram embora e eu to aqui ainda na fila. Loja aqui do centro de Campos. Então eu vejo que a pessoa escura é realmente passada pra trás, muitas vezes em muitas situações, não são todos, mas se for uma pessoa escura e não tiver bem arrumada, não mostrar o valor real que ela tem, por que hoje na sociedade não estão olhando muito o caráter e a pessoa que você é, estão olhando o valor social que você apresenta, muitas vezes é pelo que você tem, não pela pessoa que você é, entendeu? Então aqui em Campos isso tem acontecido muito, eu já vi, essa pessoa andava comigo e ela já discutiu duas vezes aqui em duas lojas aqui em Campos e essas lojas foram abandonadas por ela, nunca mais eu chego ali, e uma pessoa que viaja, ela falando, eu compro minhas coisas no Rio, compro em São Paulo, mas em Campos eu evito de comprar por que o pessoal lá, eles olham muito pra, se a pessoa é da família tal, tem o nome de fulano de tal, tem o nome do prefeito da cidade, ele não sabe nem se você é da família do prefeito, mas se leva o sobrenome da família você é atendido com mais...ela sempre comentou isso comigo, ela fala, por que é cidade pequena então tem muito disso. No Rio você entra na loja, eles ficam de olho se a pessoa vai querer roubar, um assalto hoje em dia sabe como que é, eles olham isso, mas eles não discriminam ninguém por causa da cor. Ela sempre fala isso, entendeu? Então muitas vezes a pessoa que vem de fora observa muito isso, geralmente no Brasil as cidades pequenas acontece muito isso por que na cidade grande não dá tempo de observar isso, essas coisas pequenas que parecem que não tem muito valor, mas pra pessoa que leva essa humilhação nessa hora a pessoa sente, então eu vejo que a raça, no Brasil, ainda tem sim". (M., 33 anos, casada, auxiliar de serviços gerais).

É notável aqui que, mesmo tentando articular uma compreensão acerca do preconceito de cor, o que mais surge em sua fala são os critérios e características específicos que, combinados, definem o tipo humano valorizado pelos acordos da sociedade do intelecto, construído, perpetuado e naturalizado através dos acordos morais de nossa sociedade. Isto apenas confirma a força incontornável que tais critérios, definidos pelos princípios e ideologias que pudemos discutir até aqui, exercem objetivamente na vida cotidiana de todos os indivíduos modernos, favorecendo os portadores de signos distintivos e punindo severamente, ancorados nas mais justas explicações, os que não tiveram a mesma sorte.

Conclusão

Este artigo apresentou duas histórias de vida, como tipos ideais, que representam a realidade das funcionárias da limpeza da Universidade Estadual do Norte Fluminense, cuja ocupação é genericamente definida como auxiliar de serviços gerais. O eufemismo deste nome não casual. Assim como em muitos outros casos, ele serve para camuflar e amenizar a condição de não-reconhecimento social e de desqualificação moral experienciadas por estas pessoas das classes populares.

Os principais referenciais teóricos da dissertação que gerou esta pesquisa são Axel Honneth e Charles Taylor. O primeiro, em seu livro "Luta por reconhecimento" (Honneth, 2003), nos ensina como a moralidade de uma sociedade é uma dimensão normativa da reprodução social. Também aponta para o fato de que o trabalho é um aspecto decisivo na construção intersubjetiva do reconhecimento (Honneth, 2004). Por outro lado, Charles Taylor enfatiza como o trabalho, ao lado da família, é uma das principais fontes morais de dignidade e reconhecimento no mundo moderno (Taylor, 1997).

Por fim, a noção de trabalho socialmente desqualificado, construída ao longo da dissertação que gerou este artigo, teve o intuito de superar algumas dificuldades da dicotomia entre trabalho formal e informal. O exemplo das auxiliares de serviços gerais é emblemático neste aspecto, uma vez que se trata de um vínculo de trabalho com contrato formal. Porém, descobrimos na pesquisa uma formalidade precária, com poucos direitos trabalhistas assegurados e nenhuma garantia de permanência no emprego. Muitas destas funcionárias precisam se submeter diariamente a condições de humilhação pelo fato de haver um exército de reserva socialmente desqualificado que permite sua substituição imediata.

Com o referencial teórico apresentado e sua articulação com a pesquisa empírica qualitativa, acreditamos estar contribuindo para explicitar os acordos morais da sociedade meritocrática, que objetivamente punem aqueles que não tiveram oportunidades de se qualificarem formalmente, lançando sobre estes o estigma do indivíduo socialmente desqualificado. Naturalmente, vários outros estudos de caso na sociologia do trabalho contemporânea têm mostrado como o "mundo do trabalho" no Brasil apresenta uma precariedade generalizada que precisa ser enfrentada com políticas sociais direcionadas e com teoria e pesquisa crítica.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A distinção. Crítica social do julgamento.* Porto Alegre: Zouk, 2007.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais.* São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. "O capitalismo como forma de vida fracassada: esboço sobre a teoria da sociedade de Adorno". *Política & Trabalho*, nº 24, 2006.

_____. "Organized self-realization. Some paradoxes of individualization". *European Journal of Social Theory*, V. 7 (4), 2004.

_____. "Recognition or Redistribution? Changing Perspectives on the Moral Order of Society". *Theory, Culture & Society*, Vol. 18 (2-3), 2001, p. 43-55.

LAHIRE, Bernard. *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos.* São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. *As fontes do self. A construção da identidade moderna.* São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. "La política del reconocimiento". In: _____. *El multiculturalismo y 'la política del reconocimiento'*. México: Fondo de cultura econômica, 1993.

Recebido em 2013-06-19
Publicado em 2013-11-30